



PUBLICADO (A) NA SESSÃO DE

13/09/10

A

**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**

**ACÓRDÃO Nº 7248
(13.09.2010)**

**RECURSO CONTRA DECISÃO DE JUIZ AUXILIAR EM REPRESENTAÇÃO Nº
1275-72/2010.**

Representação : Nº 1275-72/2010
Recorrente : COLIGAÇÃO "FRENTE POPULAR POR ALAGOAS" /
RONALDO AUGUSTO LESSA SANTOS
Advogados : MARCELO HENRIQUE BRABO MAGALHÃES /
OUTROS
Recorridos : TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA FILHO / COLIGAÇÃO
"FRENTE PELO BEM DE ALAGOAS"
DAVID ARAUJO PADILHA / ADRIANO SOARES DA
Advogados : COSTA / JOÃO DANIEL MARQUES FERNANDES /
MARCELO HENRIQUE BRABO MAGALHÃES

**EMENTA: RECURSO CONTRA DECISÃO EM
REPRESENTAÇÃO. SUPOSTA PRÁTICA DE
PROPAGANDA IRREGULAR.
APRESENTAÇÃO DE ELEITOR
DIVULGANDO INTENÇÃO DE VOTO.
PROPAGANDA ELEITORAL GRATUITA.
RECURSO ELEITORAL CONHECIDO E
IMPROVIDO.**

1. O recurso manejado atende ao requisito do art. 33 da Res. TSE nº 23.193/2009, quanto ao prazo de sua interposição.

2. É legítima a divulgação na propaganda eleitoral gratuita de cena com eleitor informando sua intenção de voto.

3. Recurso conhecido e improvido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Juizes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, por unanimidade, **CONHECER**, e

NEGAR PROVIMENTO, ao presente Recurso os termos do voto do MM. Juiz Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió, aos 13 dias do mês de setembro do ano de 2010.



Des. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA
Presidente

PEDRO IVENS SIMÕES DE FRANÇA
Relator



RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA
Procurador Regional Eleitoral

Relatório.

Trata-se de representação promovida pela Coligação "Frente Pelo Bem De Alagoas" em face da Coligação "Frente Popular por Alagoas", com fundamento no art. 96, da Lei nº. 9.504/97.

Alegaram os recorrentes, em suma, que na exibição do programa eleitoral gratuito no dia 23 de agosto de 2010, nos horários da manhã e tarde, os recorridos divulgaram, sob forma jornalística, a intenção de voto de alguns eleitores, o que supostamente ofenderia a lei eleitoral.

O Ministério Público se manifestou pela improcedência do feito (37/40). Asseverou, ainda, que não houve litigância de má-fé.

As fls.42/43, proferi Decisão Monocrática Definitiva, julgando improcedente a Representação, em razão de que o fato objeto de análise, submete-se, na literalidade da norma, ao permissivo constante no Art. 54 da Lei nº 9.504/97.

Irresignados os recorrentes apresentaram Recurso Inominado dirigido a este Plenário, repedindo, em suma, os argumentos ventilados na inicial.

Devidamente notificados, houve apresentação de contra-razões às fls. 54/59, alegando-se em preliminar falta de impugnação específica no Recurso interposto, em face da Decisão atacada, no mérito afirmam que não há qualquer irregularidade na propaganda vergastada.

É, em síntese, o relatório.

Preliminar.

Entendo não assistir razão aos Recorridos quanto a preliminar de falta de impugnação específica em face da Decisão Monocrática.

De fato, há, em grande parte, a repetição dos argumento já ventilados na inicial durante a exposição das razões recursais, contudo não há como negar que o Recurso esta voltado a combater os fundamentos adotados na Decisão recorrida.

O Recurso atende aos requisitos formais e materiais a ensejar sua propositura, não padecendo de qualquer irregularidade, motivo pelo qual voto, desde já, pelo conhecimento do presente Recurso Inominado.

No mérito.

Analisando os argumentos trazidos pelos recorrentes, ora recorrentes, penso não assistir razão à postulação, mantendo-me firme no entendimento declinado na Decisão recorrida.

Os recorrentes se insurgem contra a manifestação de apoio de cidadãos no programa eleitoral gratuito dos representados, afirmando que contraria o art. 45 da Lei as Eleições.

Em verdade, como restou consignado na Decisão Monocrática, o caso em tela se amolda não àquele tipo legal, mas ao Art. 54 daquela lei.

Com efeito, prevê este dispositivo que:

Art. 54. Dos programas de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação poderá participar, em apoio aos candidatos desta ou daquele, qualquer cidadão não filiado a outra agremiação partidária ou a partido integrante de outra coligação, sendo vedada a participação de qualquer pessoa mediante remuneração.

Destarte, a lei eleitoral é nítida ao estabelecer que inexistente óbice legal para participação no espaço reservado ao programa eleitoral gratuito de qualquer cidadão, observadas as vedações legais.

Na hipótese trazida na inicial verificou-se a subsunção do fato à norma, já que a participação dos cidadãos se amolda perfeitamente à possibilidade prevista no art. 54 da Lei nº 9.504/97.

Ante o exposto, **CONHEÇO** do presente recurso, e **NEGO SEU PROVIMENTO**, mantendo a sentença vergastada *in totum*.

É como voto.

Em Maceió, 13 de setembro de 2010.



Pedro Ivans Simões de França
Relator



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E REGISTROS PLENÁRIOS**

CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Certifico que o Acórdão nº 7248, de 13/09/2010, foi conferido e publicado na 81ª Sessão, realizada na mesma data. Eu, _____, lavrei a presente certidão, em Maceió, em 13/09/2010, que vai assinada pela Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários.



Coordenadora de Acompanhamento e
Registros Plenários



Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Recurso na Representação Nº 1275-72.2010.6.02.0000

Prot. 12.293/2010

ORIGEM: MACEIÓ - AL

JULGADO EM: 13/09/2010 (SESSÃO Nº 81/2010)

RELATOR(A): JUIZ PEDRO IVENS SIMÕES DE FRANÇA

PRESIDENTE DA SESSÃO: Des. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL: DR. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

SECRETÁRIO: JOÃO RAMALHO DA SILVA FILHO

AUTUAÇÃO

RECORRENTE(S) : COLIGAÇÃO FRENTE POPULAR POR ALAGOAS (PDT, PT, PMDB, PT DO B, PR, PRP, PSDC, PC DO B)
ADVOGADOS : Marcelo Henrique Brabo Magalhães e outros
RECORRENTE(S) : RONALDO AUGUSTO LESSA SANTOS
ADVOGADOS : Marcelo Henrique Brabo Magalhães e outros
RECORRIDO(S) : FRENTE PELO BEM DE ALAGOAS (PSDB, DEM, PSB, PSC, PP, PPS)
ADVOGADOS : Adriano Soares da Costa e outros
RECORRIDO(S) : TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA FILHO
ADVOGADOS : Adriano Soares da Costa e outros

DECISÃO

Acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em conhecer o recurso, para, rejeitando a preliminar suscitada, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. (Acórdão n.º 7.248, de 13.09.2010)

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA. Presentes os Exmos. Srs. Juízes: Des. SEBASTIÃO COSTA FILHO, Drs. RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR, PEDRO IVENS SIMÕES DE FRANÇA, MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO, FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR e LUCIANO GUIMARÃES MATA, bem como o eminente Procurador Regional Eleitoral, Dr. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA.

Por ser verdade, firmo a presente.
Maceió, 13 de setembro de 2010.

CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS
Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários